

## Os novos rumos da nação: a imprensa republicana e a “outra” América.

PAULA DA SILVA RAMOS\*

No Brasil, o período pós 1870 foi marcado por grandes mudanças em diversos âmbitos. No campo político a disputa se acirrava com a entrada em cena de um novo ator, o partido republicano, que embora não possuísse número elevado de membros elaborou uma oposição organizada, sobretudo por meio da imprensa. Naquele período vários jornais republicanos estamparam em suas páginas críticas e propostas de reformulações para a política nacional, entre eles, *A Província de São Paulo*. Centrar-nos-emos neste trabalho nas formulações dos republicanos brasileiros referentes à relação do Brasil com os demais países do continente, traduzida na célebre frase do Manifesto de 1870: “somos da América e queremos ser americanos”.

Tal assertiva contrariava aspectos inerentes ao discurso monárquico sobre os países do continente. Para delinear os contornos da nação destacava-se de maneira recorrente a singularidade brasileira, manifestas por meio da manutenção da ordem e da unidade, em contraposição à anarquia e fragmentação hispano-americanas. Com a proclamação da república em 1889, ocorre, ainda que momentaneamente em alguns setores, uma mudança nas diretrizes externas brasileiras: o contexto europeu, até então soberano, passava a ser apresentado como símbolo do Antigo Regime, e dava lugar às relações interamericanas. Naquele momento, Argentina e Estados Unidos foram os principais alvos do desejo do novo governo de romper com o passado e demonstrar o espírito republicano que impulsionava a nova política nacional. São exemplares, neste sentido, a assinatura de tratados desvantajosos para o Brasil com ambos os países no momento imediatamente após a proclamação, mas que tinham como principal função integrar o Brasil à comunhão americana.

Contudo, este trabalho tem por objetivo demonstrar que as mudanças que se operaram no Brasil no tocante às relações interamericanas após a proclamação da república iniciaram-se, pelo menos, desde o ano de 1875, aspecto ainda não abordado pela historiografia. Visando apresentar o regime político que se almejava para o Brasil,

---

\* Mestranda do programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Assis. Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

a imprensa republicana baseou-se em modelos externos, principalmente na Argentina e nos Estados Unidos, e veiculou intensamente aspectos positivos destes países. Desse modo, apresentaram uma nova perspectiva às relações interamericanas, pois no lugar da desconfiança alarmada por monarquistas, os exemplos desses países foram exaltados como única alternativa para o progresso e a civilização. Por meio do estudo de um período ainda pouco explorado no tocante as relações americanistas no Brasil, este trabalho contribui para a compreensão do cenário político nacional e para o debate em torno de como uma parcela da população brasileira compreendia o lugar do Brasil na América, e como eram representados, por este mesmo grupo, os países supracitados nos anos finais do império.

Como propõe Rosanvallon (ROSANVALLON, 1995: 16) objetiva-se fazer aqui uma história da maneira pela qual um grupo social procurou construir respostas àquilo que perceberam como um problema, e fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos. Neste sentido, a seguir apresentaremos o cenário político brasileiro do fim do império e as posições políticas e ideológicas dos dirigentes do jornal republicano *A Província de São Paulo*, bem como as formulações acerca da Argentina e dos Estados Unidos contidas neste periódico, formulações estas, que refletiam suas reflexões sobre a política nacional e suas propostas para os rumos que, segundo eles, a nação deveria seguir.

A partir da década de 1860, a política nacional começava a passar por uma série de dificuldades, a instabilidade ministerial, a guerra exterior e as reordenações partidárias foram algumas delas. Tais fatores propiciaram a intensificação dos debates, configurando este período como um dos mais ricos do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem conservadores, reformistas ou radicais (CARVALHO, 2009: 31). Naquela conjuntura destacou-se a atuação de um jovem radical, Francisco Rangel Pestana. Advogado e jornalista, Rangel Pestana participou intensamente dos debates políticos do período por meio de reuniões partidárias e da participação na fundação de dois jornais radicais, o *Opinião Liberal*, e o *Correio Nacional*, ajudou a fundar o Clube Radical em 1868, foi um dos oradores das

conferências radicais em 1869, e em 1870 aderiu ao Partido Republicano. O jornalista será também, por longo período, o principal redator do jornal *A Província de São Paulo*, utilizado como objeto de estudo deste trabalho.

Transformações econômicas e sociais aumentavam a complexidade do período, o avanço da malha ferroviária substituindo transportes tradicionais, adoção de processos mais modernos de produção, introdução do trabalho livre em algumas regiões, associada à dificuldade para a obtenção de escravos depois de mais de uma década do fim do tráfico negreiro, organismos de crédito, urbanização e o aumento do mercado interno, foram algumas das mudanças ocorridas no Brasil durante o Segundo Reinado. Destacou-se, sobretudo, a ascensão do setor cafeeiro do oeste de São Paulo, que introduziu em suas fazendas métodos mais aperfeiçoados, substituiu progressivamente o trabalho escravo pelo livre, e aumentou sua produtividade por meio da aquisição de máquinas de beneficiamento do café, tornando-se uma classe emergente. Tais avanços, porém contrastavam com as feições das zonas produtoras mais antigas, base do governo monárquico, que atingidas pela decadência apegavam-se a formas tradicionais de produção e trabalho escravo.

O grupo paulista vivia uma situação contraditória, pois a transferência do eixo econômico não implicou em sua ascensão política e no declínio do poder dos setores tradicionais, os antigos “barões do café”. Embora tivesse se convertido na área mais dinâmica do país, sua representação política era pequena. Outro dado que explicava o descontentamento era o fato da Província receber apenas um oitavo da renda paga por ela em impostos ao Império. Com tudo isso passou a existir maior articulação entre os proprietários desta região em torno do Partido Republicano Paulista, o PRP, que congregava os interesses específicos deste grupo, e visava “satisfazer às mais legítimas aspirações da rica e briosa província” (“A Província de São Paulo”, *A Província de São Paulo*. 04/01/1880).

Desde a primeira convenção do partido, realizada em Itu no ano de 1873, manifestou-se a idéia de montar um órgão de imprensa constituído e financiado exclusivamente por republicanos, porém somente na segunda reunião, em 1874, a idéia tomou impulso. O partido tentou comprar o Correio Paulistano, mas diante da recusa dos proprietários partiu-se para criação de um órgão jornalístico próprio. Foi então que Américo de Campos e Campos Sales, ambos signatários do manifesto republicano

paulista, reuniram um grande número de acionistas e fizeram tomar corpo a idéia de criação de um órgão financiado por republicanos. Os acionistas eram agricultores, comerciantes, homens de letras e capitalistas advindos da nova região. A sociedade se organizou sob a forma de comandita e os dois maiores acionistas, Rangel Pestana e Américo de Campos assumiram a direção do jornal.

O primeiro número, em quatro de janeiro de 1875, declarava a folha independente, “não sendo órgão de nenhum partido nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles”. Embora assim se apresentasse, a prática do jornal ligava-se de maneira determinante à filiação de seus dirigentes ao PRP, de modo que a publicação se manteve, por vezes, mais em obediência aos grandes interesses do partido que ao impulso da vontade do dirigente da folha<sup>1</sup>. Neste sentido, é importante destacar, conforme observaram Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, o papel da imprensa enquanto “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980: XIX), e a compreensão dos dirigentes deste periódico acerca deste aspecto, dada a valorização manifesta por Rangel Pestana sobre a função da publicação naquela conjuntura.

Além do republicanismo, outras questões referentes à filiação ideológica do periódico são relevantes para o entendimento das suas formulações sobre os acontecimentos ocorridos no contexto americano. O modelo político defendido pelo periódico e considerado “ideal” para o país norteava-se pelos princípios liberais e consubstanciava-se na prática da democracia (CAPELATO; PRADO, 1980: 91). Neste sentido, é na teoria política exposta pelo Iluminismo francês que se deve buscar os fundamentos sobre os quais se assentou o pensamento político de *A Província de São Paulo*.

Como os liberais clássicos, os representantes do jornal defendiam o princípio dos direitos naturais do homem, acreditando como os iluministas que a lei da natureza, ou da razão, era capaz de indicar o caminho certo para a conduta humana, estabelecer os padrões sobre o que se podia realizar e os limites para a sua ação. De conformidade com esses princípios, o papel do Estado se resumia a promover a liberdade, a igualdade, o gozo da propriedade e outros objetivos individuais. Um bom governo, para os

---

<sup>1</sup> Rangel Pestana, por ocasião da retirada de Alberto Salles da redação da folha, publicado na seção “A Província de São Paulo”, *A Província de São Paulo*, 12/12/1885

representantes do jornal, deveria objetivar a manutenção de uma sociedade em que a capacidade e a energia de cada indivíduo fossem a chave para sua riqueza. Desse modo, a defesa da livre iniciativa, um dos sustentáculos da doutrina liberal configurou-se como conceito maior na ideologia do jornal. A partir de tais pressupostos é possível compreender em parte as formulações do periódico em relação a Argentina e Estados Unidos, que foram usados como exemplos comprobatórios da eficácia das teorias defendidas pelo grupo dirigente.

Outro traço característico nas formulações do jornal foi a luta contra o centralismo. Desse modo o modelo federal, aos moldes da organização dos Estados Unidos, foi apresentado como solução para os males brasileiros. A 30/09/1885 *A Província de São Paulo* publicou um artigo sobre o tema, recuperando todo o processo de independência, a adoção do modelo federativo e a reforma nos artigos referentes a este na Constituição, que culminou, segundo o jornal, com a elaboração do “melhor espírito de associação sob a forma republicana”. Desse modo, pode-se observar que o funcionamento político das repúblicas analisadas se constituía em um dos principais objetos de análise do periódico, que confrontados com a realidade brasileira enfatizavam a superioridade daqueles modelos em detrimento do adotado no Brasil.

Defesa da liberdade com base no governo democrático e o princípio de soberania popular preconizados por Montesquieu e Rousseau também se constituíram em pilares no pensamento político de *A Província de São Paulo*. Neste sentido, o conceito de opinião pública, concebida como fundamento das instituições democráticas, justificava as posições tomadas pelo periódico, que na qualidade de órgão de imprensa assumiu a condição de intérprete desta “opinião pública”.

Embora as concepções dos representantes do jornal se nortegassem basicamente pelos princípios da clássica teoria liberal do século XVIII, debates próprios do século XIX, tais como o evolucionismo de Spencer e o positivismo de Comte, também estavam presentes seus posicionamentos, e foram utilizados a fim de reforçar a adoção do regime republicano. Com base em tais teorias, o jornal publicou em 31/03/1881 uma análise do desenvolvimento dos Estados Unidos, Chile e Argentina. A este exame, segundo *A Província*, prendia-se muito diretamente à análise do desenvolvimento sociológico da nacionalidade brasileira “voltada, pela ordem natural das coisas a ser todos os dias mais democrática e americana”. Para expor seus argumentos o jornal se utilizou de parte das

reflexões do jornal *O Cruzeiro*, um dos representantes dos elementos conservadores da sociedade brasileira naquele período. A divergência entre os dois periódicos apareceu na conclusão, pois para *O Cruzeiro* o Brasil tinha a fórmula de governo mais apropriada às suas condições sociológicas, faltando apenas torná-la ideal em uma realidade prática e fecunda. *A Província de São Paulo*, por sua vez, refutou com veemência esse “monstruoso absurdo” e em nome de suas convicções políticas e da própria doutrina científica utilizada na exposição, rebateu tais afirmações, declarando que a *imobilidade monárquica* não era felizmente o término definitivo da evolução *americana e democrática* da nacionalidade brasileira (grifos do jornal).

O enfrentamento entre latinos e anglo-saxões também permeavam as representações do jornal sobre Argentina e Estados Unidos. Esta contraposição não era nova, pois já se inscrevia no afã classificador da diversidade humana desde o século XVIII, consagrando a superioridade do homem branco. Entretanto, em meados do século XIX, o pensamento racial introduziu conceitos “científicos” à sua classificação, como por exemplo, a medida do índice cefálico, utilizada fundamentalmente para medir as diferenças entre as populações européias. A partir de então tensões políticas receberam constantemente a interpretação de lutas entre diferentes raças na Europa. Contudo, em nenhum lugar do mundo ocidental esta visão dicotômica teve projeções mais palpáveis que no continente americano, onde esta divisão incorporou outro tipo de referência racial, a mescla com elementos indígenas e africanos. Todavia, a matriz de significado não variava, pois se entendia a resistência ao “cruzamento” com “raças inferiores” praticada pelos anglo-saxões mais um indício de superioridade frente aos latinos no continente. Esse convencimento foi um elemento importante nas relações dos Estados Unidos com seus vizinhos do sul, na medida em que foi utilizado para legitimar ações de expansão norte-americana sobre territórios mexicanos (QUIJADA, 1997). No extremo austral do continente, a visão “racializada” das diferenças entre o norte e o sul se fez cada vez mais presente no último quarto do século XIX. Naquela data passou a ser comum a utilização das categorias raciais para explicar os fracassos próprios e os êxitos externos, ressaltando as diferenças entre as duas Américas. Os fragmentos abaixo demonstram que o jornal *A Província de São Paulo* partilhava dessas preocupações:

*Depois, é também eloqüente paralelo pelo qual torna-se claro o que falta em tal sentido aos povos da América, quer de origem espanhola, quer de origem*

*portuguesa. [...] A causa dos infortúnios dos sul-americanos assenta na raça, no sangue, nos contornos e na educação colonial, do absolutismo que dominou 300 anos, e no divórcio tradicional que sempre tem separado o povo e o governo, que se reputam inimigos irreconciliáveis, quando tem os mesmos interesses e são ambos obra um do outro [...] falta-nos, entretanto a calma, a frieza do saxão, a reflexão alemã, para por em prática e desenvolver o sistema de governo que, com o ser mais singelo, maior soma de virtude exige (Questões sociais – A vitória dos princípios. A Província de São Paulo, 02/06/1876).*

Data também da segunda metade do século XIX o início das desconfianças a respeito do interesse norte americano em territórios ao sul do rio grande, e *A Província de São Paulo* não se furtou deste assunto. O confronto entre as Américas latina e anglo-saxônica foi abordado pelo jornal em 25/08/1882. Naquela data, a folha publicou um editorial intitulado “A América anglo-saxônica e a América Latina”, no qual apresentou a interpretação Torres Caicedo, diplomata da República de S. Salvador em Paris, sobre a Doutrina Monroe. Caicedo temia que a política da “grande república anglo-saxônica” tomasse um caráter despótico, na medida em que se apresentava como um protetorado dos Estados Unidos sobre os outros países da América; o diplomata declarou também seu horror à doutrina do Destino Manifesto, pois esta não assegurava condições relativas ao progresso e independência das repúblicas latino-americanas e alertou sobre o perigo da participação dos Estados latino-americanos na Conferência de Washington, idealizada desde o início da década de 1880. Todavia, os temores de Caicedo pareciam exagerados aos representantes do jornal, que concluíram o editorial ressaltando a que a opinião do diplomata teve basicamente como mérito o fato de chamar a atenção para a “célebre doutrina Monroe, lembrada em oposição às pretensões dominadoras da Santa Aliança”. Neste editorial já se delineava a posição singular que o Brasil adquiriria na América quanto às relações com os Estados Unidos no início do século XX, uma vez que o alinhamento do país com a república norte-americana foi mais acentuado aqui que nos demais países americanos, nos quais correntes como o latinismo e hispanismo, em contraposição ao pan-americanismo, tiveram maior impacto.

No estudo de determinado tema por meio do jornal as notícias não podem ser tomadas como mera repetição dos fatos, pois, estas denotam as atitudes próprias de cada veículo de comunicação, uma vez que todo jornal organiza os acontecimentos e

informações segundo seu próprio referencial (ZICMAN, 1981: 90). Neste sentido, os aspectos acima são primordiais para a compreensão do modo como os eventos ocorridos tanto na Argentina como nos Estados Unidos foram divulgados ao público brasileiro.

Em meados do século XIX, as notícias internacionais eram obtidas por meio de jornais, revistas e livros trazidos por navios. Em 1877 foram publicados os primeiros telegramas na imprensa brasileira, entretanto, *A Província de São Paulo*, só iria publicar notas telegráficas a partir de 1886, e de maneira escassa. Assim, as publicações utilizadas neste trabalho provinham de um processo de seleção dos redatores de matérias dos jornais estrangeiros. No caso das folhas argentinas, buscavam-se aquelas que se mostravam “superiores aos preconceitos nutridos contra o Brasil”, e que atuassem como *A Província*, com o objetivo de preparar a opinião popular em ambos os países, para que os governos e diplomacias encontrassem o caminho pleno e pudessem exercitar suas atribuições sem serem assediadas pela paixão, nem presos pelas exigências da opinião pública irritada (Crônica Política. *A Província de São Paulo*. 01/04/1875). Referentes às notícias norte americanas, a longa distância tornava mais difícil a obtenção de informações, desse modo, elas apareceram em quantidade bastante inferior com relação às argentinas. No entanto, para suprir este problema o periódico utilizou-se da publicação de artigos encomendados a colaboradores que residiram, ou viajaram para aquele país, demonstrando assim, o interesse que nutriam acerca da república norte americana.

As apreciações da *Província de São Paulo* sobre os Estados Unidos foram pautadas no confronto entre as realidades norte-americana e brasileira. Neste sentido o periódico buscou explicações para as disparidades existentes entre os dois grandes países do continente americano, que recaíram principalmente sobre as “arcaicas” instituições monárquicas, que segundo o jornal eram a fonte dos males brasileiros. Desse modo, os Estados Unidos se constituíram como exemplo de organização política e econômica aos representantes do jornal. Para o grupo, fazia-se necessário abandonar o modelo europeu e lançar-se à liberdade, conforme os princípios estabelecidos pelos norte-americanos. Desse modo não seria mais preciso que a “grande nação da América do Sul corasse de vergonha ao fitar a grande nação da América do Norte”.

Recorrentes às manifestações acerca da república norte-americana eram os paralelos feitos com a política brasileira. Publicados com títulos sugestivos, tais como:



*triste confronto; um confronto significativo e olhemos para o abismo*, o periódico exaltava a liberdade encontrada em território norte-americano, advinda dos ideais democráticos, em contraposição às práticas imperiais, que fazia o país retroagir à “velha idade”. A *Província de São Paulo* salientava o abismo que separava as duas nações e os motivos apresentados pelo periódico para tal situação era a diferença dos regimes políticos, o fato do Brasil não ter assegurado sua autonomia, permanecendo ligado ao passado colonial e português, a centralização despótica do governo e a deficiência da instrução pública nacional, “base verdadeira do progresso e da grandeza de um povo”, e que no Brasil ainda não era secular. Resolvidas estas questões o gigante da América do sul finalmente poderia mostrar sua força.

Consequentemente, as atenções do jornal sobre este país centraram-se basicamente na política e na economia. Desse modo os principais objetos de análise do periódico voltaram-se aos processos eleitorais, às deliberações do Congresso e ao estado financeiro da república. A preocupação com a manutenção deste mercado também foi uma constante, e nesse sentido, as críticas à política nacional, devido à falta de investimentos em setores produtivos, bem como a permanência do trabalho escravo ganharam lugar de destaque no jornal.

O período abarcado por esta pesquisa relaciona-se com a fase de reestruturação dos Estados Unidos após a Guerra Civil e a consolidação interna. Politicamente, a guerra marcou o renascimento fortalecido da União e o restabelecimento do Estado, mais centralizado no Executivo, que garantiu condições para que o país passasse a um novo estágio de desenvolvimento. Entre os anos de 1865 e 1914, o produto interno bruto norte-americano cresceu mais de 4% ao ano, colocando os Estados Unidos como a maior sociedade industrial da época. Estes dados foram intensamente divulgados pelo periódico. No ano de 1886, por exemplo, o jornal publicou uma extensa série de matérias intituladas “Milionários Americanos”, nas quais destacavam a trajetória e as cifras de ilustres cidadãos estadunidenses. A divulgação destes conteúdos tinha o objetivo de chamar a atenção para os benefícios do modelo que almejavam para o Brasil, ou seja, uma república liberal.

Como citado acima, a visão “racializada” das diferenças entre o norte e o sul, também era uma marca do posicionamento do periódico analisado, desse modo, o espantoso progresso dos Estados Unidos se assentavam também na “superioridade”

advinda da origem anglo-saxônica. Assim, um outro exemplo foi tomado para reforçar os benefícios do regime republicano, a Argentina, nação com a mesma filiação latina do Brasil, mas que se destacava dentre as outras do continente, ocupando lugar imediato ao da Grande República dos Estados Unidos. (Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*, 19/05/1889).

A apresentação da Argentina como um modelo para os brasileiros requeria uma nova perspectiva de análise aos acontecimentos do Rio da Prata, pois, como observado acima, a definição de parte da identidade nacional durante o império constituiu-se mediante a afirmação da superioridade brasileira frente às repúblicas hispânicas. Esta perspectiva foi intensamente divulgada no Brasil, destacando-se, neste sentido a produção historiográfica vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como, a repetição deste argumento em jornais, escolas, câmara e senado, fatos que contribuíram para a formação de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva – sobre a outra América (PRADO, 2001).

Desse modo, o periódico deveria e objetivava distanciar-se dos discursos dos “homens públicos do Brasil” e das obras referentes às repúblicas da América hispânica, nas quais predominavam as representações destas como territórios anárquicos. Embora os receios e antigas rivalidades mantidas em relação à República Argentina também figurassem no jornal, estes eram acompanhados de explicações que privilegiaram a crítica da política nacional e o desinteresse por parte dos brasileiros de conhecer os reais motivos dos conflitos ocorridos em território argentino, como se pode observar no fragmento abaixo:

*Grande parte da imprensa monarquista e mesmo alguns jornalistas democratas costumam negar às repúblicas sul-americanas a justiça a que tem direito. A Confederação Argentina, por exemplo, raras vezes merece atenção dos jornais brasileiros e seu progresso não é estudado por nós. Vai nisso um erro de nossa parte com os vizinhos americanos.*

*Parece que em regra os homens públicos no Brasil preferem fazer aquela nação passar aos olhos do povo como uma república convulsionada pelas ambições pessoais, como uma terra onde a anarquia arraigou, velando então a verdade que seria mais importante conhecermos, podendo dar valor exato ao seu progresso e riquezas.*

*Esses movimentos enérgicos da opinião ali não são estudados e explicados aos nossos compatriotas apáticos e indiferentes ao governo da sociedade em que vivem. Daí vem o juízo falso que se forma entre nós das agitações na República Argentina. (A Província de São Paulo, A Província de São Paulo, 02/06/1880).*

As hostilidades entre os dois países apresentaram-se no jornal como coisas do passado, decorrências do antagonismo ibérico, pois agora a aproximação dos “dois povos importantes na América do sul” seria mais benéfico a todos.

No entanto, ainda que a Confederação Argentina fosse um modelo para os organizadores da República brasileira (BELLO, 1969: 56-58), inegavelmente apresentava defeitos. Contudo, ainda que se destacassem os erros do governo vizinho o jornal salientava que estes mesmos erros também eram encontrados em território brasileiro. *A Província de São Paulo* apresentava os costumes herdados da colonização ibérica como fonte dos entraves à prosperidade e progresso da América do sul. Esta afirmação era corroborada pelo jornal a partir do paralelo com os Estados Unidos, que mesmo diante de situações políticas difíceis asseguravam a “vitória dos princípios da Constituição” ao invés de “conspirarem ou revoltarem-se como no sul da América”.

O periódico acompanhou com interesse todos os eventos políticos ocorridos na Confederação Argentina, tais como, os processos eleitorais, a federalização de Buenos Aires, e as deliberações do congresso. Questões econômicas também foram bastante focadas, ainda que o período tenha sido marcado por graves crises. As dificuldades financeiras da República foram noticiadas, no entanto, ganharam sempre menor destaque face aos “progressos rentísticos” daquele país, como podemos notar no fragmento a seguir: “Veremos por ai que a *Republiqueta* vai tomando a posição de acentuado contraste n’essa relação com o nosso conhecido e crônico descalabro” (Finanças Argentina, *A Província de São Paulo*, 19/05/1883. grifo do jornal). O termo *republiqueta*, grifado pelo jornal, é sintomático no sentido de ressaltar os aspectos positivos da política argentina e romper com o senso comum que imperava no Brasil acerca daquele país. Neste fragmento observa-se mais uma vez o confronto com a situação brasileira, e a fosso que, segundo os representantes do periódico, se formava entre os dois países. Os dados econômicos serviam de exemplo para o Brasil, e confirmavam a superioridade do regime republicano e do modelo liberal, que para o

grupo dirigente da folha, eram os mais aptos para reorganizar a sociedade. Outras questões referentes ao funcionamento da República Argentina também interessavam ao jornal, e faziam parte de suas reivindicações em território nacional, como por exemplo, a laicização da instrução pública, o incremento da malha ferroviária e o fomento à imigração, e foram apresentados sempre com o intuito de ressaltar como, a partir destes fatores aquela nação caminhava a passos largos rumo ao progresso, caminho que também deveria ser trilhado pelo Brasil.

## **Conclusão**

Este trabalho demonstrou que por meio do jornal *A Província de São Paulo* um grupo ascendente na sociedade brasileira traçou um projeto político para o Brasil, que baseado na experiência prática de outros países, objetivava a implantação do regime republicano em moldes liberais em território nacional. O país estava destinado a ser grande na América, no entanto o gigante estava adormecido e por isso impossibilitado de mostrar sua verdadeira força, pois a estrutura do regime monárquico assim o mantinha.

Por meio de um discurso elaborado, os representantes do periódico mobilizaram diversas teorias para corroborar suas posições e fortalecer suas propostas diante dos leitores. Não é possível fazer aqui um estudo detalhado sobre o alcance dessas formulações, mas podemos inferir, diante do aumento ano a ano do número de assinantes do jornal, que foi inegável a adesão de uma parcela crescente da população a estas propostas. Mais uma vez gostaria de ressaltar a função da imprensa de intervenção na vida social, e da consciência dos dirigentes da folha em questão sobre esta possibilidade. Desse modo se utilizaram deste meio para manifestarem suas posições e angariarem adeptos às suas causas.

A nova perspectiva de análise dirigida aos países americanos ainda durante a vigência do regime monárquico, sobretudo no caso argentino, devido às rivalidades que sempre permearam as relações entre os dois países, nos faz refletir sobre a complexidade dos processos históricos, pois ainda que a historiografia apresente a proclamação da república no Brasil como um divisor de águas no tocante as relações interamericanas, as mudanças, ao menos no campo das idéias, já se delineavam anos

antes. Assim, o caminho da civilização que por século levava à Europa, chegava a uma encruzilhada. Segundo a imprensa republicana do período, o rumo certo se voltava agora para a América, mais precisamente para a América do norte, ainda que este se desviasse ligeiramente para o vizinho do sul, a Argentina.

### **Referências Bibliográficas**

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. 6º ed., São Paulo: Nacional, 1969. p.01-53.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa – Ômega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de., Radicalismo e republicanismo. In CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PRADO, Maria Lígia. O Brasil e a “distante América do Sul” In *Revista de História*. São Paulo: USP nº 145, 2001, p 127-150.

QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones. El 98 em el fin de siglo sudamericano. In *Hispania*, LVII/2, nº 196, 1997.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.30, p.9-22, 1995.

ZICKMAN, Renée Barata. História através da imprensa. Algumas considerações metodológicas. In *Projeto História*, nº4 SP: PUC, 1981.